



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/11/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26233 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	N. E.	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		<b>11.150.248,00</b>	<b>11.150.248,00</b>	<b>6.223.829,91</b>	<b>-4.926.418,09</b>
<b>Receitas Tributárias</b>		-	-	-	-
Impostos		-	-	-	-
Taxas		-	-	-	-
Contribuições de Melhoria		-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>		-	-	-	-
Contribuições Sociais		-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.		-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>		<b>1.218.805,00</b>	<b>1.218.805,00</b>	<b>937.957,30</b>	<b>-280.847,70</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		1.218.805,00	1.218.805,00	937.957,30	-280.847,70
Valores Mobiliários		-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos		-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais		-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível		-	-	-	-
Cessão de Direitos		-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais		-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>		-	-	<b>3.234,28</b>	<b>3.234,28</b>
<b>Receita Industrial</b>		-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>		<b>9.885.024,00</b>	<b>9.885.024,00</b>	<b>3.804.217,29</b>	<b>-6.080.806,71</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		9.885.024,00	9.885.024,00	3.803.720,29	-6.081.303,71
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde		-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras		-	-	-	-
Outros Serviços		-	-	497,00	497,00
<b>Transferências Correntes</b>		-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>		<b>46.419,00</b>	<b>46.419,00</b>	<b>1.478.421,04</b>	<b>1.432.002,04</b>
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		-	-	28.387,41	28.387,41
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-	-	1.417.288,86	1.417.288,86
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público		-	-	-	-
Demais Receitas Correntes		46.419,00	46.419,00	32.744,77	-13.674,23
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>78.268,00</b>	<b>78.268,00</b>	<b>4.800,00</b>	<b>-73.468,00</b>
<b>Operações de Crédito</b>		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo		-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>		<b>78.268,00</b>	<b>78.268,00</b>	<b>4.800,00</b>	<b>-73.468,00</b>
Alienação de Bens Móveis		78.268,00	78.268,00	4.800,00	-73.468,00
Alienação de Bens Imóveis		-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis		-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>		-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>		-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>		-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/11/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 26233 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	N. E.	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social		-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil		-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Demais Receitas de Capital		-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>		-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>		<b>11.228.516,00</b>	<b>11.228.516,00</b>	<b>6.228.629,91</b>	<b>-4.999.886,09</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO</b>		<b>11.228.516,00</b>	<b>11.228.516,00</b>	<b>6.228.629,91</b>	<b>-4.999.886,09</b>
<b>DÉFICIT</b>				<b>1.407.284.648,34</b>	<b>1.407.284.648,34</b>
<b>TOTAL</b>	<b>03.001</b>	<b>11.228.516,00</b>	<b>11.228.516,00</b>	<b>1.413.513.278,25</b>	<b>1.402.284.762,25</b>
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>		-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro		-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação		-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos		-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos		-	-	-	-

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	N. E.	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>1.544.276.411,00</b>	<b>1.550.643.109,00</b>	<b>1.395.748.005,12</b>	<b>1.142.971.757,73</b>	<b>1.128.513.390,79</b>	<b>154.895.103,88</b>
Pessoal e Encargos Sociais		1.337.921.076,00	1.341.506.337,00	1.149.742.489,37	943.285.347,03	943.285.347,03	191.763.847,63
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		206.355.335,00	209.136.772,00	246.005.515,75	199.686.410,70	185.228.043,76	-36.868.743,75
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>54.211.193,00</b>	<b>45.169.814,00</b>	<b>17.765.273,13</b>	<b>4.367.805,99</b>	<b>3.741.696,77</b>	<b>27.404.540,87</b>
Investimentos		54.211.193,00	45.169.814,00	17.765.273,13	4.367.805,99	3.741.696,77	27.404.540,87
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>		-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>		-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>		<b>1.598.487.604,00</b>	<b>1.595.812.923,00</b>	<b>1.413.513.278,25</b>	<b>1.147.339.563,72</b>	<b>1.132.255.087,56</b>	<b>182.299.644,75</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO</b>		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 01/11/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26233 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	N. E.	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>		<b>1.598.487.604,00</b>	<b>1.595.812.923,00</b>	<b>1.413.513.278,25</b>	<b>1.147.339.563,72</b>	<b>1.132.255.087,56</b>	<b>182.299.644,75</b>
<b>TOTAL</b>	<b>03.001</b>	<b>1.598.487.604,00</b>	<b>1.595.812.923,00</b>	<b>1.413.513.278,25</b>	<b>1.147.339.563,72</b>	<b>1.132.255.087,56</b>	<b>182.299.644,75</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	N. E.	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>31.955.268,68</b>	<b>53.049.348,87</b>	<b>38.928.380,54</b>	<b>38.451.783,29</b>	<b>9.169.004,52</b>	<b>37.383.829,74</b>
Pessoal e Encargos Sociais		55.374,48	292.719,68	-	-	316.606,92	31.487,24
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		31.899.894,20	52.756.629,19	38.928.380,54	38.451.783,29	8.852.397,60	37.352.342,50
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>23.346.965,69</b>	<b>33.837.314,51</b>	<b>24.927.186,86</b>	<b>23.347.124,49</b>	<b>10.616.665,27</b>	<b>23.220.490,44</b>
Investimentos		23.346.965,69	33.837.314,51	24.927.186,86	23.347.124,49	10.616.665,27	23.220.490,44
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>03.001</b>	<b>55.302.234,37</b>	<b>86.886.663,38</b>	<b>63.855.567,40</b>	<b>61.798.907,78</b>	<b>19.785.669,79</b>	<b>60.604.320,18</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	N. E.	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>1.015.531,48</b>	<b>7.077.373,50</b>	<b>6.880.759,82</b>	<b>165.860,04</b>	<b>1.046.285,12</b>
Pessoal e Encargos Sociais		-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		1.015.531,48	7.077.373,50	6.880.759,82	165.860,04	1.046.285,12
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>771.062,57</b>	<b>231.313,67</b>	<b>231.313,67</b>	<b>-</b>	<b>771.062,57</b>
Investimentos		771.062,57	231.313,67	231.313,67	-	771.062,57
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>03.001</b>	<b>1.786.594,05</b>	<b>7.308.687,17</b>	<b>7.112.073,49</b>	<b>165.860,04</b>	<b>1.817.347,69</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26233 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2017	PERIODO TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO 01/11/2017	PAGINA 4
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

**NOTAS EXPLICATIVAS**

03.001 - Notas Explicativas -Balanço Orçamentário - 2017.3 - Nota Explicativa do Balanço Orçamentário referente ao terceiro trimestre de 2017:



---

## Notas Explicativas do 3º trimestre de 2017

---

### 1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As **Demonstrações Contábeis Consolidadas da Universidade Federal do Ceará (UFC)** são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as DCON consolidam as contas das Unidades Gestoras da Universidade Federal do Ceará, do Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC) e da Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC).

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

I. Balanço Patrimonial (BP); II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); III. Balanço Orçamentário (BO); IV. Balanço Financeiro (BF) e V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;

### 2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União e por consequência na UFC, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

#### (a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

#### (b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

#### (c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vii) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

#### (d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo



---

### Notas Explicativas do 3º trimestre de 2017

---

valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

#### (e) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

#### (f) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

#### (g) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

#### (h) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

#### (i) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.



---

### Notas Explicativas do 3º trimestre de 2017

---

Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

#### (j) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

#### (k) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

#### (l) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

#### (m) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

##### (m.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

##### (m.2) Resultado orçamentário



---

## Notas Explicativas do 3º trimestre de 2017

---

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

### (m.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A seguir, são detalhados os principais itens dos demonstrativos contábeis. Nas tabelas e figuras apresentadas nas Notas Explicativas, podem ser encontradas divergências entre a soma das parcelas e o respectivo total em função de arredondamentos.

## Balanço Orçamentário

### 1. Resultado Orçamentário

O Resultado orçamentário do período apresentou déficit de R\$ 1,4 bilhões. Isso decorre da metodologia utilizada para cálculo do resultado orçamentário do período, que subtrai as despesas empenhadas pelo órgão das receitas arrecadadas no período. A receita arrecadada no período totalizou apenas 6,2 milhões. As despesas do órgão são custeadas em sua quase totalidade com recursos do Tesouro Nacional. O ingresso desses recursos é mais bem evidenciado no item Transferências Financeiras Recebidas da Demonstração de Fluxo de Caixa e no item Outros Ingressos das Operações do Balanço Financeiro.

### 2. Execução das Receitas

#### 2.1 Receitas Correntes

O total de receitas próprias arrecadadas nos três primeiros trimestres de 2017 foi de R\$ 6.228.629,91. As receitas correntes, no valor de R\$ 6.223.829,91, representam a quase totalidade das receitas arrecadadas (99,92%).

As Receitas de Serviços Administrativos e Comerciais Gerais correspondem a 46,88 % do total das receitas arrecadadas até setembro/2017, dentre as receitas deste grupo, o valor mais relevante é referente à serviços de alimentação que corresponde à arrecadação dos Restaurantes Universitários. Nos três primeiros trimestres de 2017 esta receita totalizou R\$ 1.588.765,83, que corresponde a 25,51% do total das receitas arrecadadas no período.

Segue tabela com o detalhamento das receitas correntes arrecadadas nos três primeiros trimestres de 2017 por tipo de recolhimento:





### Notas Explicativas do 3º trimestre de 2017

**Tabela 1 – Arrecadação de Receitas Correntes - Composição.**

		(R\$)	
Item		30/09/2017	AV (%)
1	SERVICOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTACAO	1.588.765,83	25,53%
2	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	1.145.859,96	18,41%
3	STN-RECUP.DESP.EXERC.ANTERIORES(FONTE 0100)	1.080.957,33	17,37%
4	ALUGUEIS	937.877,30	15,07%
5	INTRA-SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	883.592,50	14,20%
6	STN RESTIT.RECUR.CONVENIO EXERC.ANT-F.112	310.426,65	4,99%
7	TAXA DE INSCRICAO EM CONCURSO PUBLICO	171.433,00	2,75%
8	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	32.744,77	0,53%
9	STN RESTIT.RECUR. CONVENIO EXERCICIO ANTERIOR	20.865,35	0,34%
10	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	17.493,51	0,28%
11	SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	14.000,00	0,22%
12	OUTRAS RESTITUICOES	512,95	0,01%
13	MULTAS POR AUTO DE INFRACAO	10.893,90	0,18%
14	STN OUTROS RESSARCIMENTOS	4.338,00	0,07%
15	RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	3.234,28	0,05%
16	OUTROS SERVICOS	497,00	0,01%
17	STN OUTRAS INDENIZACOES(DEDUCOES FOLHA )	188,58	0,00%
18	ARRENDAMENTOS	80,00	0,00%
19	SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAIS	69,00	0,00%
<b>Total</b>		<b>6.223.829,91</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI 2017

Embora arrecadadas pelo Órgão, as receitas destacadas na tabela acima, itens 3, 6, 9, 14 e 17, por tratar-se de anulação de despesas ou ressarcimentos de despesas custeadas com fonte de recursos do Tesouro Nacional, quando arrecadadas são enviadas ao Tesouro Nacional, não compoem a receita própria do Órgão.

As receitas do grupo outras receitas correntes, apresentaram uma arrecadação 3.184,95% maior que o previsto. Este comportamento decorre da arrecadação da devolução de despesas de exercícios anteriores, no total de R\$ 1.416.775,91, custeadas com recursos do Tesouro Nacional, que são, na sua quase totalidade, valores restituídos de Folha de Pagamento de exercícios anteriores. A disparidade entre a previsão e a execução deste tipo de receita se explica pela metodologia utilizada na previsão da receita, que se baseia em dados históricos. Para as receitas desta natureza não foi feita previsão, por não apresentarem histórico de arrecadação. Conforme já descrito acima, essas receitas não compõem as receitas próprias do órgão. Embora arrecadadas pela UFC, são remetidas ao Tesouro Nacional, por tratar-se de anulação de despesas custeadas com fonte de recursos do tesouro nacional em exercícios anteriores.

Outra receita que apresentou um bom desempenho de arrecadação quando comparado ao previsto para o exercício de 2017 foram as receitas decorrentes da Exploração do Patrimônio



## Notas Explicativas do 3º trimestre de 2017

Imobiliário do Estado, que corresponde a receita de aluguéis. Para este grupo de receitas, a arrecadação até o corresponde a 76,96% da receita prevista para o ano de 2017.

### 2.2 Receitas de Capital

As receitas de capital arrecadadas nos três primeiros trimestres de 2017 totalizaram R\$ 4.800,00 e são provenientes exclusivamente de receitas de leilões de alienação de itens do ativo imobilizado (bens móveis). As receitas desta natureza foram realizadas no percentual de 6,13% das receitas previstas. Estas receitas são decorrentes de leilões realizados pelas Unidades do Hospital Universitário Walter Cantídio e Maternidade Escola Assis Cheteaubriand, que historicamente não costumam arrecadar esse tipo de receita, portanto, não possuindo previsão de arrecadação para essas duas Unidades.

Por outro lado, a Universidade Federal do Ceará - UFC, que possui como previsão de arrecadação o montante destacado nesse Balanço Orçamentário de 2017, não realizou ainda nenhuma arrecadação. As arrecadações dessa Categoria Econômica costumam acontecer duas ou três vezes durante o exercício em decorrência da realização de leilões, sendo que, para essa unidade, nos três primeiros trimestres do ano, não houve a realização de leilões.

### 3. Execução das Despesas

#### 3.1 Despesas Correntes

O total das despesas empenhadas nos três primeiros trimestres de 2017 foi de R\$ 1.413.513.278,25. As despesas correntes foram empenhadas no montante de R\$ 1.395.748.005,02, que representam 98,74% do total das despesas. A tabela a seguir relaciona em ordem decrescente o valor das despesas correntes empenhadas até 30/09/2017 por grupo de natureza de natureza de despesa:

Tabela 2 – Despesas Correntes – Composição:

Seq.	Grupo de Despesas	Natureza de Despesa	Valor Empenhado até 30/09/2017	AV
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	582.327.264,97	41,7%
2	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	331.041.911,88	23,7%
3	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	119.959.117,38	8,6%
4	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	85.329.774,68	6,1%
5	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	63.827.338,71	4,6%
6	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	61.726.154,14	4,4%
7	OUTRAS DESPESAS	MATERIAL DE CONSUMO	30.938.076,39	2,2%



### Notas Explicativas do 3º trimestre de 2017

CORRENTES				
8	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	AUXILIO-ALIMENTACAO	25.318.396,32	1,8%
9	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	23.568.265,34	1,7%
10	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	SENTENCAS JUDICIAIS	13.992.186,83	1,0%
OUTRAS DESPESAS			57.719.518,48	4,1%
<b>Total</b>			<b>1.395.748.005,12</b>	<b>100,00%</b>

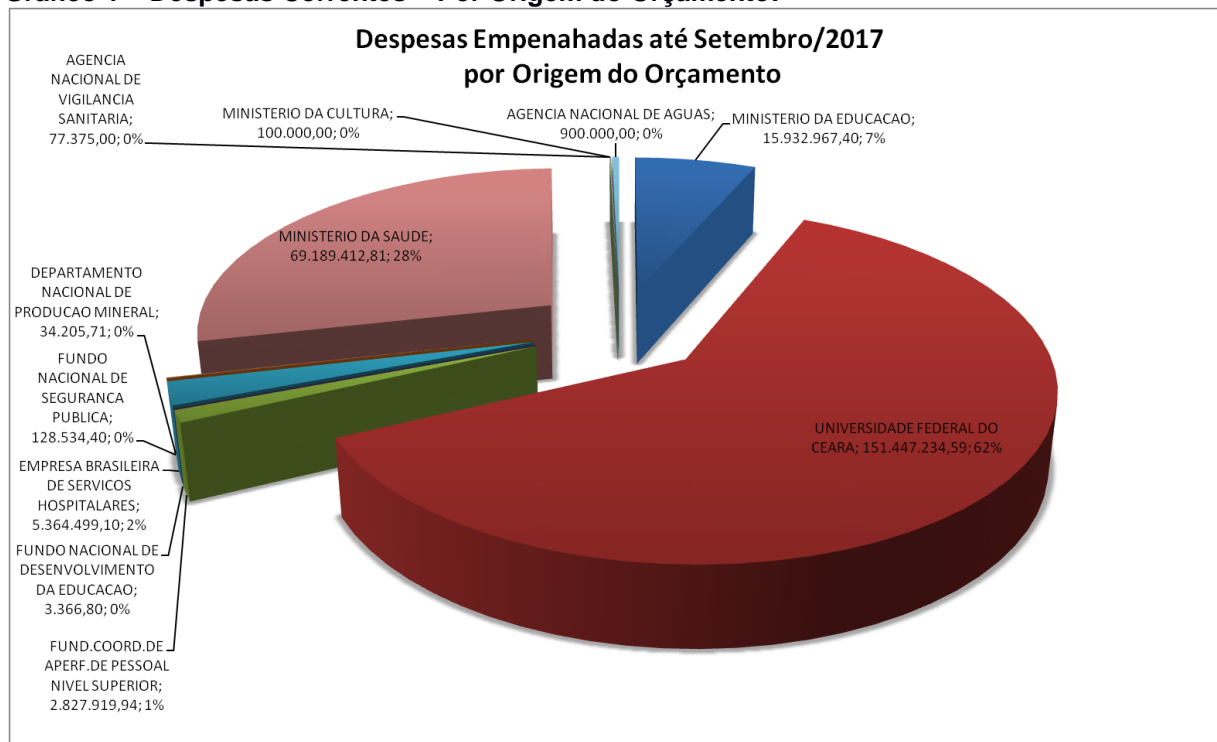
Fonte: SIAFI 2017

Os quatro principais tipos de despesas correntes são referentes a despesas com pessoal e encargos sociais e juntas correspondem a 80,1% do total das despesas correntes empenhadas nos três primeiros trimestres de 2017.

O valor das despesas empenhadas do grupo outras despesas correntes até 30/09/2017 corresponde a 117,63% da dotação orçamentária para 2017. O comportamento anormal das despesas deste grupo, que apresentam um valor empenhado superior à dotação, evidencia uma particularidade do Balanço Orçamentário. Este demonstrativo traz na coluna de despesas empenhadas, todo o valor executado no órgão, seja ele orçamento da sua própria Lei Orçamentária ou proveniente da LOA e outros órgãos.

O gráfico a seguir demonstra os valores das despesas correntes empenhadas até 30/09/2017 por origem do orçamento:

**Gráfico 1 – Despesas Correntes – Por Origem do Orçamento:**





## Notas Explicativas do 3º trimestre de 2017

### 3.2 Despesas de Capital

O Percentual executado das Despesas de Capital no primeiro trimestre de 2017 foi de 39,33% do total previsto na Lei Orçamentária Anual. Isso ocorreu em função da queda no nível de investimento pelo Governo Federal decorrente do destaque de uma dotação menor para despesas de capital e limitações de empenho promovidas pelo Governo Federal.

#### 4. Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

A Universidade Federal do Ceará (UFC), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), possui em sua execução orçamentária de restos a pagar, dotações orçamentárias próprias, oriundas do ministério supracitado e dotações de outros ministérios. Essas últimas dotações são provenientes de TED (Termo de Execução Descentralizada) e instrumentos afins.

Tabela 1 – Restos a Pagar Não Processados inscritos: origem do orçamento executado

Órgão superior da UO	Unidade Orçamentária	Grupo de Despesa	Total Inscrito	%
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA	SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES-SPM	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	727.850,00	0,51
MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES	FUNDO NACIONAL DE DESENV. CIENT.E TECNOLÓGICO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	150.280,98	0,11
MINISTERIO DA EDUCACAO	MINISTERIO DA EDUCACAO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.504.220,18	2,45
		INVESTIMENTOS	984.090,00	
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36.490.476,32	62,75
		INVESTIMENTOS	52.382.492,00	
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	348.094,16	
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1323,70	0,00
	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.526,87	0,00
	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.649.728,83	2,57
	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	839.047,34	0,59
	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.000,00	0,04
EMPRESA BRASIL.DE	OUTRAS	10.498.167,11	9,43	



**Notas Explicativas do 3º trimestre de 2017**

	SERV.HOSPITALARES - EBSEERH	DESPESAS CORRENTES	2.916.435,82	
		INVESTIMENTOS		
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - UFCA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	138.162,59	0,10
Ministério da Justiça e Segurança Pública	FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA - FNSP	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	125.870,00	0,09
	FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	99.088,05	0,07
MINISTERIO DA SAUDE	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.700,00	0,01
	FUNDO NACIONAL DE SAUDE	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.938.298,74	20,28
		INVESTIMENTOS	901.262,38	
MINISTERIO DO TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL	FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	136.660,00	0,71
	FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	868.605,00	
MINISTERIO DA CULTURA	MINISTERIO DA CULTURA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	222.957,04	0,16
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	AGENCIA NACIONAL DE AGUAS ± ANA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	54,37	0,00
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REF. AGRARIA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	194.506,27	0,14
<b>TOTAL</b>			<b>142.188.897,75</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Nota: A coluna 'Total Inscrito' representa a soma dos Restos a Pagar Não Processados inscritos ao final do ano de 2016 e de exercícios anteriores a 2016 reinscritos.

Quanto ao total de Restos a Pagar inscritos na UFC, apresentado na tabela acima, 62,75% é oriundo de dotações pertencentes à Universidade Federal do Ceará (UFC), subordinada ao Ministério da Educação (MEC) que representa 77,93% do total dos recursos inscritos em Restos a Pagar. Também merece destaque o fato de que 20,29% do total inscrito em Resto a Pagar são oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, sendo sua quase totalidade (20,28%), provenientes do Fundo Nacional de Saúde.

**Tabela 2– Restos a Pagar Não Processados por origem do orçamento executado (resumo)**

Unidade Orçamentária	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	%
UFC	89.198.948,34	37.792.875,33	36.295.589,78	19.028.552,00	33.874.806,56	55,90%
DEMAIS	52.989.949,41	26.062.692,07	25.503.318,00	757.117,79	26.729.513,62	44,10%
<b>TOTAL</b>	<b>142.188.897,75</b>	<b>63.855.567,40</b>	<b>61.798.907,78</b>	<b>19.785.669,79</b>	<b>60.604.320,18</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial



### Notas Explicativas do 3º trimestre de 2017

Nota: A coluna 'Inscrito' representa a soma dos Restos a Pagar Não Processados (inscritos juntos com reinscritos e em liquidação).

**Tabela 3 - Restos a Pagar Não Processados inscritos: Por Unidade Gestora (UG) Executora**

UG Executora	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	%
<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA</b>	103.237.038,97	44.135.363,38	42.615.429,17	19.261.634,58	41.359.975,22	68,25%
<b>HOSPITAL UNIVERSITARIO WALTER CANTIDIO</b>	26.154.601,74	12.434.174,91	12.025.574,41	392.684,67	13.736.342,66	22,67%
<b>MATERIDADE ESCOLA ASSIS CHATEAUBRIAND</b>	12.797.257,04	7.286.029,11	7.157.904,20	131.350,54	5.508.002,30	9,09%
<b>Total</b>	<b>142.188.897,75</b>	<b>63.855.567,40</b>	<b>61.798.907,78</b>	<b>19.785.669,79</b>	<b>60.604.320,18</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Do quadro acima temos que, a Unidade Gestora Universidade Federal do Ceará é responsável pela execução da maior parte dos valores inscritos em restos a pagar, apresentando ao final do primeiro semestre um saldo equivalente a 68,25% do saldo todas das três unidades gestoras. Cabe acrescentar que nos valores da tabela acima estão os recursos oriundos do orçamento da Universidade e de outros órgãos.

A tabela abaixo mostra a composição dos restos a pagar na UFC por Grupo de Despesa. Consta-se que o grupo de despesa com maior saldo de restos a pagar ao final do primeiro semestre de 2017 é o grupo Outras Despesas Correntes (61,63%)

Grupo de Despesa	Inscritos	Liquidados	Cancelados	Pagos	Saldo	%
INVESTIMENTOS	57.184.280,20	24.927.186,86	10.616.665,27	23.347.124,49	23.220.490,44	38,31%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	84.656.523,39	38.928.380,54	8.852.397,60	38.451.783,29	37.352.342,50	61,63%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	348.094,16	0,00	316.606,92	0,00	31.487,24	0,05%
<b>TOTAL</b>	<b>142.188.897,75</b>	<b>63.855.567,40</b>	<b>19.785.669,79</b>	<b>61.798.907,78</b>	<b>60.604.320,18</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

O elevado saldo de despesas inscritas em restos a pagar não processados na UFC se justifica pela existência de excepcionalidades legais quanto à validade destas despesas. Segundo o artigo 68, § 3º, II, do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, permanecem válidas, após 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, os restos a pagar não processados que se refiram às despesas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Ministério da Saúde, e do Ministério da Educação financiadas com recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Desse modo, conforme explicitado na tabela abaixo, a maior parcela do saldo de restos a pagar não processados constantes nessa autarquia é representada por despesas excepcionadas pelo dispositivo legal supracitado.

**Tabela 4 – Exceções à inscrição de restos a pagar não processados**

	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	%
<b>RPNP total na UFC</b>	<b>142.188.897,75</b>	<b>63.855.567,40</b>	<b>61.798.907,78</b>	<b>19.785.669,79</b>	<b>60.604.320,18</b>	<b>100,00%</b>
<b>Exceções do Art. 68, § 3º, II, Dec. 93.872/86</b>	<b>131.578.454,04</b>	<b>62.567.404,72</b>	<b>60.534.366,70</b>	<b>19.536.657,14</b>	<b>51.507.430,20</b>	<b>84,99%</b>
UFC financiadas com recursos da Manut. e Desenv. do Ensino	110.115.017,79	52.100.482,17	50.129.622,99	19.267.102,30	40.718.292,50	67,19%
Ministério da Saúde	21.463.436,25	10.466.922,55	10.404.743,71	269.554,84	10.789.137,70	17,80%
<b>PAC</b>						
<b>RPNP Total na UFC(-) Exceções do Decreto</b>	<b>10.610.443,71</b>	<b>1.288.162,68</b>	<b>1.264.541,08</b>	<b>249.012,65</b>	<b>9.096.889,98</b>	<b>15,01%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tesouro Gerencial

Nota: Os valores referentes às despesas do Ministério da Educação financiadas com recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino são representados pelas despesas com indicador de "Lei Calmon = "SIM". As despesas do Ministério da Saúde representam os recursos constantes no MEC provenientes do órgão



---

### **Notas Explicativas do 3º trimestre de 2017**

---

*superior 36000 – Ministério da Saúde e que possuem Iduso 6. Já os valores relativos ao PAC são os indicados com Resultado “EOF 3” que **não** possuem indicado “Lei Calmon = “SIM”.*

Percebe-se, portanto, que 84,99% do saldo de restos a pagar inscritos na Universidade Federal do Ceará, englobando o Hospital Universitário Walter Cantídio e Maternidade Escola Assis Chateaubrian se refere aos valores excetuados pelo artigo 68, II, do Decreto 93.872/86. Os valores não contemplam a exceção prevista no § 3º, inciso I, do artigo 68 do Decreto 93.872/1986, *que diz respeito às despesas com execução iniciada.*

Apesar da manutenção de restos a pagar estar amparada pela legislação citada, durante os três primeiros trimestres de 2017, foi realizado um trabalho para revisão de valores inscritos em restos a pagar. Essa medida teve como objetivo atender determinações do MEC no sentido de verificar a necessidade de manutenção de restos a pagar. Como resultado deste trabalho, foi cancelado um montante de R\$ 19.785.669,79.